

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO
PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO
FASE VESPERTINA

ANALISE OS ENUNCIADOS DAS QUESTÕES ABAIXO E ASSINALE A
ALTERNATIVA CORRETA
PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA
PROVA DE DIREITO

¹O crítico deve ser independente, — independente em tudo e de tudo, — independente da vaidade dos autores e da vaidade própria. Não deve curar de inviolabilidades literárias, nem de cegas adorações; mas também deve ser independente das sugestões do orgulho, e das imposições do amor próprio. A profissão do crítico deve ser uma luta⁵ constante contra todas essas dependências pessoais, que desautoram os seus juízos, sem deixar de perverter a opinião. Para que a crítica seja mestra, é preciso que seja imparcial, — armada contra a insuficiência dos seus amigos, solícita pelo mérito dos seus adversários, — e neste ponto, a melhor lição que eu poderia apresentar aos olhos do crítico, seria aquela expressão de Cícero, quando César mandava levantar as estátuas¹⁰ de Pompeu: — "É levantando as estátuas do teu inimigo que tu consolidas as tuas próprias estátuas".

A tolerância é ainda uma virtude do crítico. A intolerância é cega, e a cegueira é um elemento do erro; o conselho e a moderação podem corrigir e encaminhar as inteligências; mas a intolerância nada produz que tenha as condições de fecundo e duradouro.

(*O ideal do crítico*, *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.
Publicado originalmente no *Diário do Rio de Janeiro*, 8/10/1865).

1ª QUESTÃO:

Assinale a alternativa em que todas as palavras seguem a mesma regra gramatical em relação à acentuação gráfica.

- a) crítico – juízos - solícita - mérito - estátuas
- b) própria – literárias – adversários – intolerância - estátuas
- c) literárias – solícita - adversários - intolerância - dependências
- d) tolerância - crítico – juízos - solícita – estátuas
- e) literárias - adversários - intolerância - solícita - tolerância

2ª QUESTÃO:

O Verbo, do ponto de vista morfológico, possui flexões para indicar pessoa, número, tempo, modo e voz. Analise as proposições em relação à flexão dos verbos extraídos do excerto acima.

I - *desautoram* (l. 5) flexionado no presente do subjuntivo, terceira pessoa do plural;

II – *seja* (l. 6) flexionado no presente do subjuntivo, terceira pessoa do singular;

III – *poderia* (l. 8) flexionado no futuro do pretérito do indicativo, primeira pessoa do singular;

IV – *mandava* (l. 9) flexionado no pretérito perfeito do indicativo, terceira pessoa do singular;

V – *consolidas* (l. 10) flexionado no presente do indicativo, segunda pessoa do singular;

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- d) Somente as afirmativas IV está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

3ª QUESTÃO:

Leia atentamente o período abaixo:

Eu não sou o juiz que **tu** conheces, no entanto gostaria de encontrar-te, ou pelo menos, ver teu pedido.

Se o pronome tu for substituído por Vossa Excelência, substituindo-se as palavras destacadas no período, ter-se-á:

- a) conheci – encontrar-vos – vosso;
- b) conheceis – encontrar-lhe – seu;
- c) conheceis – encontrá-lo – vosso;
- d) conhece – encontrar-vos – vossa.
- e) conhece – encontrá-la – seu;

4ª QUESTÃO:

Analise as proposições a seguir:

I – O juiz puguinou a sentença mediante as provas apresentadas.

II – O juiz da Vara de Família e eu, após análise dos documentos, provêramos o estagiário para o cargo almejado.

III – Inesperadamente ele adentra a sala e apenas diz – eu fali, e defenestra pela janela todas as provas do processo.

IV – Se reouvermos os documentos poderemos inocentá-lo, antes que vá a júri popular.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

5ª QUESTÃO:

Crase é a fusão de duas vogais iguais. Levando-se em conta esse conceito, assinale a alternativa em que não ocorre **erro** quanto ao emprego do sinal indicativo de crase.

- a) Foram adotadas às medidas compatíveis às denúncias de fraude durante a instauração do processo.
- b) Às vezes, às informações desconstruídas causam impacto não só aos judiciosos como também as comunidades.
- c) À que me respondeu sobre as novas propostas do projeto de albergados em Florianópolis, faço a concessão.
- d) À responsabilidade pelo projeto desta vara cabe às pessoas que a constituem.
- e) A OAB coube à pesquisa em relação a análise do processo eleitoral em Santa Catarina.

6ª QUESTÃO:

Leia a informação no quadro abaixo:

“Considerando necessidade de estimular otimização dos recursos e o respeito estética da zona de tombamento de Brasília, bem como de haver o compartilhamento de estrutura das ERBs pelas operadoras de modo incentivar diminuição do número desses equipamentos com favoráveis repercussões ao ambiente e saúde; (...)”
<http://www.mpdft.gov.br/comunicacao/ultimas/outras/2004/reconsideraERB.doc> (acesso em out./2010)

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do excerto acima:

- a) à - a - à - a - a - a
- b) a - à - à - a - a - a
- c) a - a - à - a - a - à
- d) a - a - a - a - a - à
- e) a - a - a - a - a - a

7ª QUESTÃO:

Os relativos (que/qual e suas variações), devidamente empregados no padrão culto da língua escrita, exigem o uso de uma preposição, **exceto** em:

- a) Nos últimos meses o Código Penal foi a obra.....mais li.
- b) O cargo.....aspiro dependerá do meu sucesso no certame.
- c) A casa.....residia foi vendida.
- d) O homem te referistes foi a julgamento ontem.
- e) Ali está a petição.....necessitamos.

8ª QUESTÃO:

Assinale a alternativa em que a regência do verbo **proceder** contraria a norma culta da língua escrita.

- a) A alegação de que não se respeita o direito de defesa não procede.
- b) Ele procedia de uma família de casta.
- c) A declaração da testemunha procedia, não havia como refutá-la.
- d) Proceder-se-á os trâmites legais necessários para o julgamento.
- e) O carregamento de cigarros apreendido procedia do Paraguai.

9ª QUESTÃO:

Leia atentamente o período no quadro abaixo.

As detentas.....providenciaram os documentos que enviaram.....às
procurações como instrumentospara os fins colimados.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do período:

- a) mesmo – anexos – bastantes;
- b) mesmas – anexas – bastante;
- c) mesmas – anexas – bastante;
- d) mesmos – anexas – bastante;
- e) mesmas – anexos – bastantes;

10ª QUESTÃO:

Em relação à concordância nominal todas as alternativas estão de acordo com o padrão culto da língua escrita, **exceto**:

- a) Os habitantes da ilha estavam alerta por causa das catástrofes recentes.
- b) O juiz julgou extinto, naquele processo, as ações pendentes.
- c) O homem passou para o promotor as informações o mais fidedignas possível.
- d) Ele a olhou intensamente e percebeu o quanto Vossa Excelência mostrava-se abatida.
- e) Depois de ouvirem a sentença, eles preferiram ficar sós.

11ª QUESTÃO:

Analise as orações abaixo em relação à sintaxe de concordância, coloque C para aquela(s) que estiver(em) redigida(s) de acordo com o padrão culto da língua escrita e E para aquela(s) que apresentar(em) desvios (s)

- () Sem educação não podem haver cidadãos responsáveis.
- () Com as promoções antecipadas encontram-se artigos caros e baratos.
- () É necessário muita determinação e persistência para se atingir o objetivo.
- () Livros, obras de arte, relicários, nada resistiram às chamas devastadoras.
- () “ O amanhecer e o anoitecer parece deixarem-me intacta.”(Cecília Meireles)

Assinale a alternativa **correta**.

- a) E – C – C – E – C
- b) E – C – E – C – C
- c) C – C – E – E – E
- d) C – E – C – E – C
- e) C – C – C – C – C

12. QUESTÃO:

Em relação à concordância verbal todas as alternativas estão de acordo com o padrão culto da língua escrita, **exceto**:

- a) Se não houvessem punições, o homem não se sobrepunaria.
- b) Quais de vos teriam a coragem de questionar tal atitude?
- c) Mais de um advogado se entreolharam no tumultuado júri popular, ontem.
- d) 25% dos entrevistados constataram o desvio da verba destinada para o projeto.

e) Metade dos candidatos não apresentou o certificado de proficiência, o que indeferiu as suas inscrições.

13ª QUESTÃO: Não se considerou a norma culta da língua em relação à colocação do pronome oblíquo, em:

- a) Não só refutou a sentença, como também se retirou do tribunal completamente desolado.
- b) Porventura, sabe-se que ele será condenado!
- c) Os presos tinham revoltado-se contra os maus tratos.
- d) Esvaindo-se em sangue, o criminoso ainda se recompôs e alcançou o muro.
- e) Em se dizendo organizador do evento, ofereceu-nos dois passaportes.

14ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **incorreta** em relação à colocação pronominal.

- a) A vista já cansada pouco lhe permitia a leitura das minúsculas letras do documento.
- b) Durante o trâmite do processo nada foi feito, embora se conhecessem as consequências da omissão.
- c) A audiência que realizar-se-ia no próximo mês foi novamente adiada.
- d) Ninguém nos colocou tantas dúvidas quanto aquele sábio homem.
- e) Jamais lhe faria tantos questionamentos não fossem para esclarecer tal situação.

15ª QUESTÃO:

Analise as assertivas abaixo em relação à pontuação:

I – O réu saiu, logo o advogado não saiu. Se mudar a vírgula de posição, o sentido da frase fica alterado.

II – Você, certamente, já tem um candidato. As vírgulas foram usadas para separar o adjunto adverbial que está no meio da oração.

III – O homem lê a apotegma, analisa-a calmamente, reflete, transfigura-se e cai em prantos. As vírgulas foram usadas para separar orações coordenadas assindéticas.

IV – Imponho-lhe somente um objetivo: que administre bem o patrimônio público. O sinal de dois pontos foi usado para separar uma oração subordinada substantiva apositiva, tal como pode ocorrer com o aposto.

V – Muitos menores, que vivem na favela, estão suscetíveis à corrupção. As vírgulas foram usadas para separar a oração adjetiva explicativa.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Somente as afirmativas I, II e V estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Somente a afirmativa IV está correta.

16ª QUESTÃO:

Assinale a alternativa **correta** em relação à pontuação.

- a) Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua

sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.CAPÍTULO II DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (acesso em dez./2010)

b) Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

III - a violência sexual entendida como qualquer conduta, que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição mediante: coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.CAPÍTULO II DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (acesso em dez./2010)

c) Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta, que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez ao aborto ou à prostituição, mediante: coação, chantagem, suborno ou manipulação ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.CAPÍTULO II DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (acesso em dez./2010)

d) Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras,

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar de qualquer modo a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.CAPÍTULO II DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (acesso em dez./2010)

e) Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras,

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta, que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez ao aborto ou à prostituição, mediante: coação, chantagem, suborno ou manipulação, ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.CAPÍTULO II DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (acesso em dez./2010)

Assinale a alternativa **correta**.

a) E – C – E – C – C

b) E – C – C – E – C

- c) C – C – E – E – E
- d) C – E – C – E – C
- e) C – C – C – C – C

17ª QUESTÃO:

I - Enquanto bioma de importância nacional, é totalmente vedada a utilização de recursos hídricos nos limites geográficos especificados como pertencentes a mata atlântica.

II - O Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), nada mais é que uma síntese informativa dos dados constantes do estudo de impacto ambiental (EIA).

III - Às “estações ecológicas” situadas em propriedade privada incide regime jurídico idêntico ao das áreas públicas.

IV - Em caso de “pesquisa científica” admite-se alteração ao ecossistema de uma estação ecológica, desde que o estudo não comprometa área superior a 10% da extensão territorial da unidade.

V - No “refúgio de vida silvestre”, possível de ser constituído em terras particulares, é admitida, ainda que com restrições, a visitação pública.

- A. () apenas I, III e V estão corretos
- B. () apenas II e V estão corretos apenas.
- C. () apenas III e V estão corretos.
- D. () apenas I, II e III estão corretos.
- E. () apenas I e IV estão corretos.

18ª QUESTÃO:

I - É lícito afirmar-se que desastres naturais, a exemplo do que ocorreu em novembro de 2008 em Santa Catarina (deslizamento de encostas), podem ter seus impactos minimizados exigindo-se a plena aplicação da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

II - A área “non aedificandi”, em se tratando de imóvel urbano, é de (5) cinco metros em relação ao córrego que atravessa o imóvel.

III - Considera-se como de “preservação permanente”, a vegetação popularmente conhecida como “mata ciliar”, sendo aquela que se desenvolve ao longo das margens dos rios, mananciais, reservatórios e demais corpos d’água.

IV - Segundo os ditames da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), será obrigatória a implantação de disciplina específica acerca do tema “meio ambiente” em toda a rede pública de ensino, isso dentro do prazo especificado na referida lei.

V - Os campos de altitude e os brejos interioranos fazem parte do “Bioma Mata Atlântica”.

- A. () apenas I, III e V estão corretos.
- B. () apenas I, III e IV estão corretos.
- C. () apenas III e IV estão corretos.
- D. () apenas II e V estão corretos.
- E. () apenas I e II estão corretos.

19ª QUESTÃO:

I - O dano ambiental, quando de impossível reparação, deve ser evitado através de medidas judiciais urgentes, invocando-se para tanto o “princípio da prevenção”.

II - Em que pese certa relutância jurisprudencial, ainda arraigada ao cunho civilista do instituto, é possível admitir-se o dano moral, ainda que difuso, em consequência de lesão ao meio ambiente.

III - A responsabilidade por dano ambiental no Brasil, diversamente de outros sistemas legais é objetiva, logo, independe da aferição de culpa do causador do dano.

IV - No caso de omissão fiscalizatória no âmbito do meio ambiente, a culpa do ente estatal ou de seu preposto, não tem influência na definição da responsabilidade de tal ente.

V – Segundo o “princípio da responsabilidade” em matéria ambiental, se pode afirmar que a indenização pelo dano causado deve restringir-se ao maior valor de avaliação da área degradada.

A. () apenas I e V estão corretos.

B. () apenas III e IV estão corretos.

C. () apenas I, II e III estão corretos.

D. () apenas I e II estão corretos.

E. () apenas III, IV e V estão corretos

20ª QUESTÃO:

I - Compete exclusivamente ao Ministério público o aforamento de medida judicial visando a proibição da venda de produto geneticamente modificado.

II - A tradicional “farra do boi”, evento popular organizado anualmente no litoral catarinense, apesar de suas fortes raízes culturais teve sua realização recentemente considerada ilícita por julgado do STF.

III - Há expressa vedação legal a que o proprietário de carreta puxada por dois bois substitua um dos animais, em caso de fadiga, por um cavalo já acostumado ao trabalho de tração.

IV - Somente com a presença do professor da disciplina específica é admitida, nos estabelecimentos de ensino fundamental, a prática da vivissecação de animais.

V - Em sendo matéria sumulada pelo STJ, compete à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes contra a fauna.

A. () apenas II e III estão corretos.

B. () apenas II, III e IV estão corretos.

C. () apenas IV e V estão corretos.

D. () apenas I e V estão corretos.

E. () apenas III e V estão corretos

21ª QUESTÃO:

I - O Estatuto da Cidade é norma geral de direito urbanístico, possuindo caráter vinculativo em relação às legislações municipais sobre o tema.

II - É possível o registro de compra e venda do imóvel, dispensada a escritura pública, apenas nos casos de loteamentos clandestinos, isso para efeitos de regularização fundiária (lei 6.766/79).

III - Para a criação de unidades de conservação ambiental, poderá o Poder Público Municipal estabelecer legalmente o direito de preempção sobre determinado imóvel, isso por prazo não superior a (5) anos.

IV - Compete ao Procurador Geral da República indicar membro do Ministério Público Federal para integrar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, previsto na lei 9.433/97.

V - Existe preferência registral, em termos de titularidade, da mulher, em se tratando de financiamento habitacional regido pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (lei 11.977/09).

- A. () apenas II e IV estão corretos.
- B. () apenas IV e V estão corretos.
- C. () apenas I e II estão corretos.
- D. () apenas I, III e V estão corretos
- E. () apenas I e III estão corretos.

22ª QUESTÃO:

I - Inexiste qualquer restrição a que o imóvel vizinho ao prédio submetido ao tombamento seja livremente reformado.

II - Bens móveis também estão sujeitos ao tombamento, todavia, a venda dos mesmos deve ser comunicada ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

III - Em caso de furto do objeto tombado, o proprietário está obrigado a efetuar boletim de ocorrência policial até (5) dias após o fato, sob pena de multa (10% sobre o valor da coisa).

IV - O proprietário de imóvel tombado é o responsável direto pela sua manutenção, e na falta de recursos financeiros para tanto, necessitando aliená-lo, deverá observar o direito de preferência da União.

V - Bens imóveis sujeitos ao tombamento não podem ser oferecidos como garantia hipotecária.

- A. () apenas II e III estão corretos.
- B. () apenas I e V estão corretos.
- C. () apenas III, IV estão corretos.
- D. () apenas I, II e V estão corretos.
- E. () apenas II e IV estão corretos

23ª QUESTÃO:

I - Em se tratando de direito do consumidor, o “princípio da vulnerabilidade” guarda correspondência com o princípio constitucional da isonomia, vez que a vontade do legislador reside na harmonia e no equilíbrio das relações de consumo.

II - No âmbito consumerista, temos como regra de caráter absoluto a inversão do ônus da prova.

III - A retirada de um produto do mercado de consumo pelo adquirente para uso pessoal, exaurida a possibilidade de sua revenda, define a condição de “consumidor” segundo a “teoria maximalista da ação”.

IV - O convidado que ingere maionese contaminada não está amparado pela legislação consumerista, devendo buscar indenização contra aquele que o convidou para a refeição. Este último, todavia, o comprador do produto, poderá buscar ressarcimento junto ao mercado que o vendeu (fornecedor).

V - Passados (30) dias da data da compra do produto, sem que o fornecedor tenha solucionado vício no mesmo, pode o consumidor exigir seu dinheiro de volta, além de indenização complementar.

- A. () apenas I, IV e V estão corretos.
- B. () apenas III e V estão corretos
- C. () apenas I e II estão corretos.
- D. () apenas IV e V estão corretos.

E. () apenas III, IV estão corretos

24ª QUESTÃO:

I - Por força de dispositivo constitucional são imprescritíveis os atos de improbidade previstos na Lei 8.429/92.

II - A Lei de Improbidade Administrativa guarda correspondência e atende essencialmente ao princípio constitucional da moralidade.

III - Na visão do STF, não fere princípio constitucional a nomeação de cunhada do prefeito municipal, advogada, para o cargo de Secretária da Saúde.

IV - Está protegido pela imunidade parlamentar (art. 53 da CF), o vereador que, em troca de vantagem pecuniária, deixa de cumprir prazo regimental, produzindo atraso na tramitação de projeto de lei.

V - Aquele que firma contrato de trabalho com a administração pública, sem a devida chancela do concurso público, em sendo declarada judicialmente a ilegalidade da avença, fica obrigado à devolução dos salários recebidos durante a vigência do contrato.

A. () apenas II e III estão corretos.

B. () apenas I, II e V estão corretos.

C. () apenas IV e V estão corretos.

D. () apenas I, II e III estão corretos.

E. () apenas III e IV estão corretos.

25ª QUESTÃO:

I - A abordagem ambiental não recebe atenção na lei de licitações (8.666/93), posto que a matéria é tratada detalhadamente em legislação específica.

II - Ocorre fracionamento de contratação, vedado pela lei 8.666/93, nulificando a “dispensa de licitação” quando a administração pública compra componentes para manutenção de condicionadores de ar (filtros) pagando R\$ 7.500,00, e o serviço de substituição de tais componentes, efetuado poucos dias após, por profissional autônomo, resta contratado por R\$ 2.800,00.

III - Não havendo interessados na licitação anterior, cabe contratação direta, ainda que a administração tenha de majorar o preço do objeto contratado (recomposição financeira em virtude da inflação no período entre a licitação e a sua posterior dispensa).

IV - A compra de uniformes escolares confeccionados por associação de pessoas portadoras de deficiência está coberta pela contratação direta, ainda que os costureiros (pessoas com deficiência física) sejam remunerados pelo trabalho executado.

V - Detectando-se sobrevalorização do objeto contratado, tratando-se de dispensa de licitação, com isso caracterizado o dano ao erário, apenas as sanções administrativas e penais da lei 8.666/93 devem ser aplicadas, isso diante do princípio da “especialidade”.

A. () apenas I, IV, V estão corretos.

B. () apenas II e III. estão corretos.

C. () apenas II, IV e V estão corretos.

D. () apenas III e IV estão corretos.

E. () nenhum está correto.

26ª QUESTÃO:

- I - Não pode desfrutar dos direitos de acessibilidade pessoa portadora de obesidade.
- II - Com a chamada reforma psiquiátrica (lei 10.216/2001), a regra geral passou a ser a internação das pessoas portadoras de transtornos mentais, isso para a garantia da segurança das mesmas e da coletividade.
- III - As populações indígenas não estão cobertas pelo serviço de atendimento do SUS, pois tal competência é exclusiva da FUNAI.
- IV - Em se tratando de conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal, com consideráveis vantagens e subsídio no valor dos contratos, 5% das unidades devem ser reservadas a pessoas idosas.
- V - É lícito ao poder público firmar “parceira” com organização social (lei 9.790/99), a ela transferindo recursos financeiros, desde que respeitados os critérios da lei de licitações para a escolha da entidade beneficiada.
- A. () apenas II e IV estão corretos.
- B. () apenas I, II e III estão corretos.
- C. () apenas III, IV e V estão corretos.
- D. () apenas I e V estão corretos.
- E. () nenhum está correto.

27ª QUESTÃO:

- I – A ação civil pública é uma via processual adequada também para a responsabilização por danos morais e patrimoniais decorrentes de infração da ordem econômica.
- II – O uso da ação civil pública para a responsabilização por danos morais ou patrimoniais causados por infração da economia popular não estava previsto na versão original da Lei n. 7.347/85.
- III – A existência de ação popular torna inviável o ajuizamento de ação civil pública que possua a mesma causa de pedir, por força do instituto da litispendência.
- IV – Os órgãos legitimados para a ação civil pública poderão tomar o compromisso de ajustamento de conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- V – Segundo a Lei n. 7.347/85 a competência para ajuizamento da ação civil pública será funcional, ou seja, de natureza absoluta, imporrogável por vontade das partes.
- A. () Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.
- B. () Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
- C. () Apenas os itens I, II, e V estão corretos.
- D. () Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- E. () Apenas os itens IV e V estão corretos.

28ª QUESTÃO:

- I – O rol de legitimados ativos para a ação civil pública dispostos na Lei n.7347/85 e na Lei 8.078/90 é idêntico e de natureza taxativa.
- II – O inquérito civil é procedimento administrativo, preparatório, extrajudicial, prescindível de iniciativa exclusiva do Ministério Público.
- III – Para que uma associação civil possa ajuizar ação civil pública, deve possuir representatividade adequada, ou seja, estar constituída há dois anos e ter dentre as suas finalidades institucionais os interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos que serão tutelados.

IV – Diferentemente da Lei n. 7347/85, há previsão expressa na Lei n. 8.078/90 no sentido de permitir a intervenção da própria pessoa lesada como litisconsorte na ação que tutele interesses individuais homogêneos.

V – Há permissão específica e expressa na Lei n. 8429/92 (art. 17, parágrafo 1) da transação, acordo e conciliação nas ações de improbidade.

- A. () Apenas os itens I, II, III e V estão incorretos.
- B. () Apenas os itens II, III, IV e V estão incorretos.
- C. () Apenas os itens II, IV e V estão incorretos.
- D. () Apenas os itens I, III, V estão incorretos.
- E. () Apenas os itens III e V estão incorretos.

29ª QUESTÃO:

I – A homologação do arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede a reabertura do caso quando surgirem novas provas, tampouco prejudica o ajuizamento da ação civil pública por outro legitimado.

II – A Lei n. 7347/85 prevê expressamente a possibilidade da realização de audiências públicas, presididas pelo Ministério Público, enquanto importante mecanismo de participação da cidadania no processo de decisão sobre a melhor forma de tutelar os direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos violados.

III – Em caso de inércia do autor da ação civil pública para a liquidação da sentença, os demais entes legitimados poderão promovê-la (com exceção do Ministério Público que deverá) após o decurso de 60(sessenta) dias do trânsito em julgado, ainda que não tenham movido a ação principal.

IV – Em se tratando de direito difuso, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se a ação for julgada improcedente, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento.

V – Na ação civil pública que versa sobre interesse difuso é possível a extensão subjetiva do julgado, quando for transportada, *in utilibus*, a coisa julgada resultante para as ações individuais de indenização por danos pessoalmente sofridos.

- A. () Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- B. () Apenas os itens II, III e V estão corretos.
- C. () Apenas os itens III e V estão corretos.
- D. () Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.
- E. () Todos os itens estão corretos.

30ª QUESTÃO:

I – Sendo coletivos os interesses tutelados pela ação civil pública, a coisa julgada não se estende *erga omnes*.

II – No caso de interesses individuais homogêneos, a coisa julgada *erga omnes* será aproveitada pelo autor da ação individual que requerer a suspensão da mesma, no prazo de trinta dias, contados do ajuizamento da ação coletiva.

III – São interesses difusos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância jurídica, sem que haja liame fático.

IV – É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte, sendo vedado o ingresso na lide como assistente do autor.

V – A pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto da ação popular, citada, pode atuar ao lado do autor, aderindo à inicial, caso se afigure útil ao interesse público.

- A. () Apenas os itens I, II, III e IV estão incorretos.
- B. () Apenas os itens II, III, IV e V estão incorretos.
- C. () Apenas os itens II, III e IV estão incorretos.
- D. () Apenas os itens I, II, III e V estão incorretos.
- E. () Apenas os itens I, III e IV estão incorretos.

31ª QUESTÃO:

I – O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação civil pública com o fim de reduzir reajuste na tarifa de transporte coletivo, por força da vedação de tutela de pretensões que envolvam tributos através daquela via coletiva, prevista no art. 1o., parágrafo único, da Lei n. 7347/85.

II – É possível a utilização da ação civil pública como instrumento de controle incidental de constitucionalidade de leis ou atos do poder público, desde que a questão qualifique-se apenas como questão prejudicial, indispensável à resolução da lide principal.

III – O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, criado há mais de um ano e com representação no Congresso Nacional, sendo possível afastar-se o requisito temporal no caso de fundadas razões e iminência de danos irreparáveis.

IV – A Constituição Estadual, no art. 4o, inciso V, prevê a necessidade do Poder Judiciário assegurar preferência no julgamento das seguintes ações coletivas: ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.

V – A multa cominatória decorrente de liminar concedida em ação civil pública só será exigível após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

- A. () Apenas os itens I, III, IV e V estão incorretos.
- B. () Apenas os itens I, III e IV estão incorretos.
- C. () Apenas os itens I, III e IV estão incorretos.
- D. () Apenas os itens II, III e V estão incorretos.
- E. () Apenas os itens II, III, IV e V estão incorretos.

32ª QUESTÃO:

I – Tem cabimento a ação popular para anular atos lesivos ao patrimônio público em caso de incompetência, vício de forma, ilegalidade de objeto, falta de motivação e desvio de finalidade.

II – O prazo de contestação na ação popular é de 15 (quinze) dias, prorrogável por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção da prova documental, e será comum a todos os interessados.

III – Não há custas ou preparo na ação popular.

IV – A Lei n. 4.717/65 prevê expressamente o dever do Ministério Público promover a execução da sentença condenatória proferida na ação popular, em caso da inércia do autor, sob pena de falta grave.

V – A ação popular prescreve em 05 (cinco) anos.

- A. () Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
- B. () Apenas os itens I, IV e V estão corretos.
- C. () Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- D. () Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.
- E. () Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.

33ª QUESTÃO:

I – Nas hipóteses de tutela dos interesses difusos ou coletivos a ação civil pública deve ser ajuizada no foro do local do dano ou onde possa ocorrer.

II – Quando a ação civil pública versar sobre interesses individuais homogêneos e o dano possuir extensão nacional, deverá ser ajuizada na capital do Estado ou no Distrito Federal, perante a justiça federal.

III – Para instruir o inquérito civil instaurado o Ministério Público pode, dentre outras diligências, requisitar informações e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, assim como de entidades privadas.

IV – As requisições procedidas no bojo do inquérito civil instaurado pelo Promotor de Justiça, em primeira instância, que tenham como destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo e os Desembargadores, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

V – As oitivas realizadas na instrução do inquérito civil não poderão prejudicar a jornada normal de trabalho da testemunha, pois não há previsão legal para autorizar o não desconto do salário ou vencimento e considerá-la de efetivo exercício.

A. () Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

B. () Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

C. () Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.

D. () Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.

E. () Apenas os itens III e V estão corretos.

34ª QUESTÃO:

I – Quando o agente sofrer condenação por ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

II – A ação de improbidade tramita no rito ordinário.

III – O Ministério Público sempre oficia nas ações de improbidade.

IV – As ações de improbidade administrativa que busquem a aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 devem ser propostas até cinco anos da data do fato.

V – Ainda que existam provas concretas da prática de atos de improbidade administrativa, de natureza grave, a Lei 8.429/92 somente autoriza o afastamento liminar do agente quando verificar a existência de prejuízo à instrução processual.

A. () Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.

B. () Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

C. () Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.

D. () Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.

E. () Todos os itens estão corretos.

35ª QUESTÃO:

I – O termo de compromisso de ajustamento de conduta surgiu pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro na Lei 9.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

II – Por força de norma expressa contida na Lei n. 7.347/85 o termo de compromisso de ajustamento de conduta não pode ser parcial, ou seja, abranger apenas parte do objeto investigado nos autos do Inquérito Civil, de modo a se prosseguir com a investigação no que tange apenas à parte não englobada pelo acordo.

III – O termo de compromisso de ajustamento de conduta não pode dispor, em hipótese alguma, sobre o direito material em jogo.

IV – Quando o acordo entre o autor e réu é celebrado no bojo da ação civil pública, com a homologação judicial, não há necessidade de envio ao Conselho Superior do Ministério Público para, conforme estipula o art. 9o. Parágrafo 1o, da Lei n. 7347/85.

V – Caso um dos legitimados discorde dos pontos estabelecidos no termo de compromisso de ajustamento de conduta, especificamente no que tange à imposição de medida compensatória, pode mover a respectiva ação civil pública para buscar a reparação em espécie.

A. () Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.

B. () Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

C. () Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.

D. () Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.

E. () Todos os itens estão corretos.

36ª QUESTÃO:

I - As diferenças econômicas, sociais, culturais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano, deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação da Política Estadual do Idoso, por força de expressa disposição legal.

II – É uma diretriz da Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de necessidades especiais, através do assistencialismo.

III – Para efeitos da Lei que institui a Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais considera-se “necessidade especial” a redução efetiva e acentuada da capacidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal de função ou atividade a ser exercida.

IV – Segundo o Estatuto do Torcedor as entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes, respondem solidariamente com a entidade detentora do mando de campo e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios.

V – O Estatuto do Torcedor prevê dentre as penalidades aplicáveis a entidade de administração do desporto, a liga ou a entidade de prática desportiva que violar as normas estatuídas naquele diploma o impedimento de gozar de qualquer benefício fiscal em âmbito federal.

A. () Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.

B. () Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.

C. () Apenas os itens I, IV e V estão corretos.

D. () Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.

E. () Apenas os itens IV e V estão corretos.

37ª QUESTÃO:

I- A Constituição Federal estabelece que a efetivação dos direitos da infanto-adolescência têm prioridade absoluta, e este princípio vem reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

II – Entre as prioridades está a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

III – Criança é a pessoa com até 12 anos e adolescente a pessoa entre 13 e 18 anos.

IV – À criança e ao adolescente devem ser asseguradas oportunidades e facilidades que lhes facultem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, desde que existam políticas públicas para tanto.

V- Qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais da criança ou do adolescente deve ser punido na forma da lei.

A. () Apenas I, II, III e IV estão corretos.

B. () Apenas I, II e V estão corretos.

C. () Apenas I e III estão corretos.

D. () Apenas II, III e IV estão corretos.

E. () Apenas I, II e III estão corretos.

38ª QUESTÃO:

I – Assegura-se através do Sistema Único de Saúde apenas o atendimento médico à criança e ao adolescente.

II – O atendimento da gestante e da mãe, assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente, pressupõe também a prevenção ou minoração das consequências do estado puerperal.

III – Dentro das possibilidades financeiras do Município, a criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

IV – Quando recomendado pelas autoridades sanitárias a vacinação de crianças é obrigação dos pais ou responsáveis.

V – O nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso é uma obrigação a ser efetivada mediante políticas sociais públicas.

A. () Apenas I, II, III e IV estão corretos.

B. () Apenas I, III e V estão corretos.

C. () Apenas II e III estão corretos.

D. () Apenas II, IV e V estão corretos.

E. () Apenas I, II e III estão corretos.

39ª QUESTÃO:

I – No apuração do ato infracional, adotadas as providências iniciais, compete ao Promotor de Justiça promover o arquivamento dos autos, conceder remissão ou representar à autoridade judiciária para aplicação de medida sócio-educativa, podendo clausular a remissão com medidas de proteção e sócio-educativas de meio aberto.

II – Pode o Conselho Tutelar aplicar medida sócio-educativa de meio aberto à criança autora de ato infracional, desde que seja ato com violência ou grave ameaça à pessoa.

III – Estando o adolescente internado provisoriamente, a instrução do procedimento deverá ser concluída em 45 dias, prazo este que a lei considera improrrogável.

IV- Sempre que for aplicada medida a adolescente, em razão da prática de ato infracional, levar-se-á em conta, as circunstâncias e gravidade da ato infracional, além da sua capacidade para cumprir a medida.

V- Uma das garantias asseguradas ao adolescente a quem se atribua ato infracional é o direito de solicitar a presença dos pais ou responsável, em qualquer fase do procedimento.

A. () Apenas I, III, IV e V estão corretos.

B. () Apenas I, III e V estão corretos.

C. () Apenas I e III estão corretos.

D. () Apenas III, IV e V estão corretos.

E. () Apenas I, II e III estão corretos.

40ª QUESTÃO:

I – Entre as atribuições do Conselho Tutelar está a de dar execução às medidas de proteção aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, salvo nas hipóteses de atos infracionais com violência ou grave ameaça à pessoa.

II – Compete à autoridade judiciária e ao Ministério Público a revisão das decisões colegiadas do Conselho Tutelar.

III – O Conselho Tutelar é composto por 5 membros e cada município deve ter pelo menos um Conselho Tutelar, sendo que o processo para escolha dos membros deve ser estabelecido por lei municipal.

IV – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ter Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, paritários, entre governo e sociedade civil, incumbidos da formulação das políticas públicas para a área.

V – Quanto a competência do Conselho Tutelar, aplica-se a regra estabelecida para o Juízo da Infância e Juventude, no artigo 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A. () Apenas I, II, III e IV estão corretos.

B. () Apenas I, III e V estão corretos.

C. () Apenas I e III estão corretos.

D. () Apenas III, IV e V estão corretos.

E. () Apenas I, II e III estão corretos.

41ª QUESTÃO:

I - O Estatuto da Criança e do Adolescente, quando trata do Ministério Público, dá-lhe poderes para instaurar procedimentos administrativos e para instruí-los, até o poder de requisitar condução coercitiva daqueles que regularmente intimados não comparecerem para prestar depoimentos ou esclarecimentos.

II - A professora que submete uma criança a constrangimento, em tese, pratica o crime previsto no artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

III - Compete à Justiça da Infância e Juventude a apuração dos atos infracionais e os pedidos de adoção e seus incidentes, inclusive de maiores de 18 anos, desde que a convivência tenha iniciado antes do adotando ter completado a maioridade.

IV - No Estatuto da Criança e do Adolescente, a intimação do Ministério Público para atos processuais, sempre que possível deverá ser feita pessoalmente.

V. Quanto à adoção, o consentimento dado por escrito, só terá validade se ratificado em audiência, sendo retratável até a publicação da sentença.

- A. () Apenas I, III, IV e V estão corretos.
- B. () Apenas I, III e V estão corretos.
- C. () Apenas I e II estão corretos.
- D. () Apenas III, IV e V estão corretos.
- E. () Apenas I, II, III e V estão corretos.

42ª QUESTÃO:

I – São órgãos de execução do Ministério Público: o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça, a Coordenadoria de Recursos e os Promotores de Justiça.

II – São órgãos auxiliares do Ministério Público: a Secretaria-Geral do Ministério Público, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os órgãos de apoio técnico e administrativo e os Estagiários.

III – No caso de vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, assumirá o Subprocurador-Geral de Justiça.

IV – O Procurador-Geral de Justiça poderá designar Procuradores ou Promotores de Justiça para o exercício de funções de confiança de seu Gabinete.

V - Perderá o mandato o Conselheiro eleito para o Conselho Superior do Ministério Público que deixar de comparecer, injustificadamente, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, num período de doze meses.

- A. () Apenas I, II, III e V estão corretos.
- B. () Apenas I, III e V estão corretos.
- C. () Apenas II, IV e V estão corretos.
- D. () Apenas I, II, e V estão corretos.
- E. () Apenas I, II, IV e V estão corretos.

43ª QUESTÃO:

I – O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito, por voto obrigatório e secreto, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

II - As Promotorias de Justiça, que poderão ser judiciais e extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas, serão organizadas por ato do Procurador-Geral de Justiça, sendo que as suas atribuições e dos cargos de Promotores de Justiça que as integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

III – A Secretaria-Geral do Ministério Público pode ser exercida por um Procurador de Justiça.

IV – Compete ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional remeter ao Conselho Superior do Ministério Público relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos membros do Ministério Público em estágio probatório, para análise do vitaliciamento.

V - A prisão de qualquer pessoa, por parte de autoridade policial estadual, deverá ser comunicada imediatamente ao membro do Ministério Público que tenha atribuição para apreciá-la, com indicação do lugar onde se encontra o preso e cópia dos documentos comprobatórios da legalidade da prisão.

- A. () Apenas I, II, III e V estão corretos.

- B. () Apenas I, II, III e IV estão corretos.
- C. () Apenas III e V estão corretos.
- D. () Apenas I, III e V estão corretos.
- E. () Apenas I e III e IV estão corretos.

44ª QUESTÃO:

I – Os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público deverão ser suscitados de forma fundamentada e serão decididos pelo Conselho Superior do Ministério Público.

II – Dentre as funções estabelecidas pela Lei Orgânica do Ministério Público Estadual aos Promotores de Justiça está o poder de promover a ação para declaração da indignidade ou incompatibilidade para o oficialato e perda do correspondente posto ou patente, e para perda da graduação dos praças da Polícia Militar.

III – A Lei Complementar n. 197/2000 prevê que a carreira do Ministério Público é constituída pelos cargos de Promotor de Justiça de entrância especial, final, inicial e substituto.

IV - Não haverá provimento em cargo inicial da carreira do Ministério Público durante os noventa dias anteriores à eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, mesmo que o número de vagas atinja a um quinto do total dos cargos iniciais da carreira.

V – Durante o estágio probatório, enquanto ainda não confirmado na carreira, o Promotor de Justiça substituto poderá ser promovido.

- A. () Apenas I, II, III e V estão corretos.
- B. () Apenas I, III, IV e V estão corretos.
- C. () Apenas II, III e V estão corretos.
- D. () Apenas IV e V estão corretos.
- E. () Apenas I, II e V estão corretos.

45ª QUESTÃO:

I - A remoção por permuta entre membros do Ministério Público dependerá de pedido escrito e conjunto formulado por ambos os pretendentes, e importará no impedimento de promoção ou remoção voluntária, por antiguidade ou merecimento, pelo prazo de um ano.

II - Formalizada a inscrição para a promoção ou remoção, o candidato dela poderá desistir desde que o faça nos cinco dias úteis seguintes ao encerramento do prazo para as inscrições.

III - No concurso de promoção por antiguidade, o Conselho Superior do Ministério Público poderá recusar, motivadamente, pelo voto de dois terços de seus integrantes, o nome do candidato mais antigo, com fundamento no interesse do serviço.

IV – É facultado ao Promotor de Justiça optar pela ocupação de vaga ocorrida na comarca em que se encontre lotado, sendo que havendo mais de um pretendente, será deferida ao mais antigo na carreira.

V – É vedado ao membro do Ministério Público exercer qualquer outra função pública.

- A. () Apenas I, II, III e IV estão corretos.
- B. () Apenas I, III e V estão corretos.
- C. () Apenas I e III estão corretos.
- D. () Apenas II, III e IV estão corretos.
- E. () Apenas I, II e III estão corretos.

46ª QUESTÃO:

I - Por necessidade do serviço, o Procurador-Geral de Justiça poderá indeferir as férias ou determinar que qualquer membro do Ministério Público em férias reassuma imediatamente o exercício de seu cargo.

II – O membro do Ministério Público poderá afastar-se do exercício de suas funções para exercer o cargo de Presidente da entidade de classe do Ministério Público e de Direção de Escola de Aperfeiçoamento e Preparação do Ministério Público.

III – Os membros do Ministério Público aposentados não perdem as prerrogativas enumeradas na Lei Complementar n. 197/2000.

IV – Ao membro do Ministério Público é vedado exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como quotista ou acionista.

V – O concurso de remoção dos membros do Ministério Público pressupõe o interstício de 01(um) ano na comarca.

A. () Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

B. () Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

C. () Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.

D. () Apenas os itens II e IV estão corretos.

E. () Apenas os itens I, IV e V estão corretos.

Boa Sorte!